

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 05/2019
(Mandato 2017/21)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO 2019

CONTÉM 31 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 05/2019 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 00h30.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =	4
LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA.....	4
APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES	5
INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS	13
ORDEM DO DIA	14
INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO	14
ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2020	14
CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO	23
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	24
LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	24
ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2019	24
ALTERAÇÃO AO PDM	24
ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO	25
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	31
= ENCERRAMENTO =	31



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia dezanove do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia 09 de dezembro do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Registou-se a falta dos seguintes membros: Palmira Ribeiro da Costa (PS); António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; António Soares Gonçalves Pereira (PS), Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo, que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS), Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS). -----

SUBSTITUIÇÕES: -----

António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira foi substituído por Amílcar Duarte da Cunha Ribas. -----

António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães foi substituído por Manuel António de Castro Freitas. -----

Palmira Ribeiro da Costa (PS) foi substituída por Manuel José Miranda. -----

Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo substituído por Maria Luísa Barbosa de Sá. -----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

----- Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2018. -----

As propostas de atas das sessões anteriores, oportunamente distribuídas e dispensadas de leitura, depois de submetidas à votação: -----

Ata nº 4 da reunião ordinária de 27-09-2019, foi aprovada por maioria, com 21 votos do PS; 1 do PCP e 2 independentes e 1 abstenção do PSD. -----

Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita: Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS), Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD), Maria Luisa Barbosa de Sá, secretária da junta da freguesia de Padornelo. -----

Ata nº 2 da reunião extraordinária de 18-10-2019, foi aprovada por maioria 23 votos, sendo 19 votos do PS; 1 do PCP e 2 independentes 1 do PSD e 3 abstenções do PSD. -----

Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita: José Augusto Brito Pacheco (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Maria Luisa Barbosa de Sá, secretária da junta da freguesia de Padornelo. -----

Ata nº 3 da reunião extraordinária de 25-11-2019, foi aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 21 votos do PS; 1 do PCP e 1 independente e 3 abstenções do PSD. -----

Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes nas sessões a que as atas respeitam: José Augusto Brito Pacheco (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Sérgio Miguel Barbosa da Costa

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Maria Luisa Barbosa de Sá, secretária da junta da freguesia de Padornelo.-----

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

----- Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.-----

Pela mesa da Assembleia Municipal foi proposto um voto de pesar e guardado um minuto de silêncio em memória de David Vaz Barbosa, secretário da UF de Insalde e Porreiras e membro da Assembleia Municipal, em substituição do presidente da UF, pelo falecimento verificado no dia de hoje. -----

Manuel Monteiro (PS), na qualidade de representante da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, informou da aprovação das grandes opções do plano e orçamento para 2020, que integravam a transferência de competências, o mapa de pessoal e os empréstimos a curto prazo, inerentes ao exercício do ano de 2020 e a atividade que consubstancia toda a atividade dos municípios. -----

As opções do plano para 2020 seguem, na linha daquilo que tem sido a atividade intermunicipal e sobretudo, agora, com uma ligeira nuance relativamente a alguma reprogramação dos fundos comunitários, nomeadamente naquilo que é a dimensão de um aviso de abertura para equipamentos sociais. Houve um reforço de verbas, neste sentido, e a CIM esteve a preparar toda a dinâmica de promoção desse aviso junto das instituições do Alto Minho. -----

Presidente da Assembleia: informou ter participado na penúltima reunião da assembleia da Associação de Municípios do Vale do Minho, constituída pelos representantes dos cinco municípios (Paredes de Coura, Cerveira, Valença, Monção e Melgaço). Tais elementos constituem a Comunidade Intermunicipal, tendo sido decidido cessar a atividade da Associação de Municípios de Vale do Minho, uma vez que está formada a CIM do Alto Minho e não faz sentido manter essa associação. -----

Em março do corrente ano terá lugar uma reunião final para dissolução da supra indicada associação, que perdeu nos últimos anos, importância em face da criação da CIM Alto Minho. -----

Celina Sousa (PCP/PEV), apresentou nos seguintes termos que se transcrevem de seguida, a moção enviada, por correio eletrónico, denominada “Solidariedade com os trabalhadores do grupo Fortunato O. Frederico & C.^a, que se anexa a esta ata e desta fica a fazer parte integrante, -----

“Em finais de setembro o Grupo Fortunato O. Frederico & C^a mais conhecido entre nós pela empresa Kyaia decidiu aplicar um novo horário de forma unilateral, procurando roubar com esta decisão 20 minutos à vida dos trabalhadores. Ao introduzir 2 pausas, que todos os estudos indicam serem favoráveis à produtividade dos trabalhadores e por consequência ao lucro dos patrões. A empresa

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podia dar um sinal de modernidade, no entanto, o caminho escolhido foi o de tentar obrigar os trabalhadores a trabalhar 20 minutos para além do fim do horário de trabalho. Foi, claramente, escolhido o caminho do retrocesso, do agravamento, da exploração por via do aumento do horário. Gostava de salientar que estamos a falar de uma empresa que tem um volume de negócios que ronda os 55 milhões de euros e os lucros do ano anterior ultrapassam os 13 milhões de euros. -----

A resposta dos trabalhadores foi a adequada, em unidade, de forma combativa e corajosa decidiram cumprir o horário, o mesmo horário que cumprem há décadas. -----

Sabemos que não é fácil, sabemos que a empresa tem mecanismos de repressão ao seu dispor que não hesitará em usar, e que está a penalizar os trabalhadores no final de cada mês. Mas sabemos, também, que desde o início do mês de outubro os trabalhadores deste grupo mostram que a união faz a força. - -----

No dia 7 de dezembro a nossa vila foi palco de uma manifestação destes trabalhadores. -----

Agora temos de prestar solidariedade a esses trabalhadores que lutam contra a prepotência patronal.

O investimento económico é importante para o desenvolvimento deste concelho, mas mais importante que isso são os trabalhadores, que para nós são mais que um número ou mais que um voto, são cidadãos que merecem todo o nosso respeito e apoio. -----

Estes trabalhadores podem contar com o apoio da CDU, e espero que possam contar também com o apoio de todos os membros desta assembleia.” -----

João Cunha (PPD/PSD): interveio manifestando profunda tristeza com a situação e também solidariedade com os trabalhadores da Kyaia, apelando ao respeito pela posição deles ao tratamento da situação. -----

Recordou ter abordado o assunto numa sessão desta assembleia e que a sua posição relativamente aos trabalhadores do Grupo Kyaia não tinha sido bem acatada. Entretanto surgiram duas manifestações uma em Guimarães outra em Paredes de Coura o que mostra que as coisas não estavam bem. O PSD mantém-se favorável à criação de emprego, ao alargamento do tecido empresarial, ao desenvolvimento económico, mas também sentiu as dores transmitidas durante a campanha, relacionadas com as parcas condições de trabalho, salários e trabalho precário, dos trabalhadores da Kyaia. -----

Mostrou admiração e solidariedade pelos trabalhadores presentes e acredita que outros não estejam presentes com receio das represálias. -----

Compreende o papel da Câmara Municipal, porque é uma posição delicada e na mesma situação, tentaria também compreender, no entanto, perguntou qual foi o seu papel de mediadora nesta situação, que conversações houve até ao momento relativamente aos problemas que os trabalhadores da Kyaia sentem há vários anos, sem aumento de salários, sem condições de higiene e de segurança no local e no posto de trabalho. E ainda, relativamente aos que recusaram fazer as tais pausas de trabalho e que, por esse motivo, viram a eletricidade ser desligada (situação que ainda carece de confirmação). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Reiterou a importância do emprego em Paredes de Coura, que é importante que os courenses tenham trabalho, mas não trabalho precário. -----

Manuel Monteiro (PS): iniciou a sua intervenção referindo que o grupo municipal do partido Socialista considera que a criação de empresas e de emprego é um fator de desenvolvimento importantíssimo para o concelho. Considera, no entanto, que não compete à Assembleia Municipal nem à Câmara Municipal intervir em conflitos laborais, devendo as partes interessadas dialogar o mais possível com vista à resolução de conflitos. -----

Mencionou que a Assembleia se regozija com a instalação no nosso concelho de investimentos, tendo na base o alargamento das zonas industriais com o propósito de criar mais e melhor emprego. E isso não está em causa na luta que foi encetada pelos trabalhadores. Salientou que também deve ficar claro, nesta assembleia, que, em nenhuma circunstância, o grupo municipal do PS interveio em situações desta natureza, fossem quais fossem as empresas em quaisquer dos lugares deste concelho. Aliás, frisou, que foram tomadas posições fortemente reivindicativas aquando do encerramento dos serviços públicos. Segundo Manuel Monteiro, o que estava em causa era a qualidade de vida dos cidadãos, a prestação de serviços públicos daí a necessidade de intervenção. Relembrou o caso do Centro de Saúde, lembrou o fecho do Tribunal, lembrou outras situações em que a comunidade courense e a Assembleia estiveram unidas para a resolução desse tipo de conflitos e portanto, nesse domínio, o grupo municipal do PS reconhece toda a legitimidade aos trabalhadores e à inegável e legítima reivindicação que devem fazer em locais próprios para o dirimir, e, esses locais próprios são, naturalmente, realizados pelos representantes sindicais, pelos representantes dos trabalhadores e pelo representantes das entidades patronais. Por isso apresentou também uma moção com o seguinte teor: -----

“1. Considerando que um dos fatores de desenvolvimento do concelho nas últimas décadas, tem sido a atividade de empresas situadas nos parques industriais de Formariz e Castanheira, bem como noutros locais dispersos pelo concelho; -----

2. Considerando que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal compete manifestar o seu regozijo pelo investimento realizado, com a criação de postos de trabalho no concelho; -----

3. Considerando que a resolução de conflitos laborais é um assunto que diz respeito às partes diretamente interessadas (empresas e trabalhadores) ou seus representantes (associações patronais e sindicatos); -----

Propõe-se a aprovação da seguinte moção: -----

O grupo municipal do Partido Socialista apela a que o diálogo seja o caminho preferencial a seguir para a resolução de todos os conflitos laborais e que, quando isso se revele difícil, que haja serenidade para aguardar a decisão dos órgãos competentes para dirimir esse conflito e confiança em que essa decisão respeite os direitos de todas as partes”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara: salientou que o tema dos conflitos laborais é um assunto muito delicado e que não lhe diz diretamente respeito, embora não queira fugir às suas responsabilidades e como tal entende ser benéfico emitir a sua opinião. -----

Referiu ser do conhecimento público que tem relações de estima pelo senhor Fortunato como também tem estima e amizade pelos trabalhadores da Kyaia que inclusivamente chegaram a ser recebidos na Câmara Municipal, mas este é, segundo ele, um assunto que diz respeito a duas entidades (uma empresa privada e uma comissão de trabalhadores e a um respetivo sindicato). No seu entender, acrescentar uma terceira entidade a este conflito seria criar ainda mais confusão e turbulência que neste momento parece também estar presente entre os próprios trabalhadores. Salientou, que a entidade a que preside não tem competências para dirimir conflitos laborais entre entidades patronais e sindicatos, aliás isso seria uma demonstração de usurpação de funções, de ilegalidade ou até de passagem de um atestado de incompetência aos próprios sindicatos uma vez que se estaria a menosprezar o seu contributo. -----

Continuou a sua intervenção mencionando que: *“A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal não podem assumir uma luta sindical por mais legítima que esta seja, porque essa posição poderá prejudicar gravemente a captação de futuros investimentos e isso, sim, é que seria um grande prejuízo para os trabalhadores do nosso concelho. O que temos que fazer é continuar com este projeto de continua criação de investimento e emprego. Como sabem, a captação de novas fábricas representará mais oportunidades de emprego mais capacidade de escolha, mais concorrência laboral e, conseqüentemente, melhores salários. Tivemos ainda há pouco tempo a deslocalização de uma empresa de Valença do Minho para Lanheses, com a perda de 400 postos de trabalho e a Câmara Municipal de Valença, num contexto difícil, até de proximidade eleitoral, manteve-se neutra e resistiu a tomar qualquer posição porque isso poderia prejudicar de uma forma irremediável os objetivos industriais do seu concelho e de todos aqueles que acreditam que mais emprego gera sempre mais oportunidades. Manter a neutralidade neste contexto é que é verdadeiramente difícil. O objetivo da Câmara Municipal não está relacionado com a definição de horários ou a fixação de salários até porque para isso há convenções coletivas de trabalho que surgem após as reuniões de concertação social e nós, como vocês sabem, estamos ausentes das duas. Repito, a função da Câmara Municipal é captar investimento, criar novas oportunidades de emprego para quando as pessoas estejam descontentes, tristes ou então estejam à procura do primeiro emprego, encontrem soluções. E mais, em situações de conflito laboral existem tribunais para resolver esses conflitos e eles é que têm competência exclusiva, ou seja, tem de ser aí no tribunal de trabalho e não muitas vezes no tribunal da rua ou no tribunal da assembleia municipal que se resolvem esses conflitos. A César o que é de César. Não estamos com isto a fugir às nossas responsabilidades, por isso sim a ser responsáveis e a cumprir a delimitação das nossas competências. As pessoas conhecem-nos e sabem que somos corajosos não fugimos às nossas responsabilidades por isso desejo a melhor sorte e espero que este conflito termine bem e rápido porque com a sua demora todos perdemos mais que aquilo que ganhamos, por*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso sinceramente desejo que se encontrem passos de diálogo porque podem ter a certeza seria bom para ambas as partes e seria bom para o concelho de Paredes de Coura.” -----

Celina Sousa (PCP/PEV): interveio salientando: “ninguém espera que o município seja capaz de resolver este conflito da noite para o dia. Esta moção apenas propõe que se mostre apoio a estes trabalhadores e que se apele ao diálogo. É importante a captação de novas empresas, nisso realmente tenho que concordar, mas também é preciso mostrar aos empresários que Paredes de Coura não é conivente com o atropelo à lei laboral que é o que está a acontecer e eu queria deixar isso bem claro. Não temos que ser imparciais em todas as situações e estamos a falar de um atropelo ao código de trabalho. Ninguém está a pedir que o município assuma o papel de um sindicato, estamos apenas a pedir que vote uma moção de solidariedade para com os trabalhadores e que apele ao diálogo entre a duas partes”. -----

Manuel Monteiro (PS): interveio referindo que quando tentava apresentar uma moção alternativa, não deu o sentido de voto do grupo municipal. Em face dos esclarecimentos e da clareza da posição do executivo, nada mais resta do que não aprovar a moção apresentada pela CDU, embora reconheça a importância de uma moção de solidariedade. -----

Estão todos de acordo com a intervenção do membro do PCP/PEV, que há um atropelo à lei laboral, mas não é a Assembleia Municipal e o grupo municipal do Partido Socialista que vão dirimir esse facto. De facto, esperam que se resolva a contenda e isso é uma demonstração de bom senso desta Assembleia, esperar que as partes em discórdia resolvam o conflito. De facto, a Assembleia não tem de tomar partido por nenhuma das partes, embora seja solidária com os trabalhadores e reconheça que a fixação de empresas é importantíssima para todos. Como bem disse o presidente da Câmara, são solidários em reconhecer que de facto o diálogo entre as partes é essencial para que se resolvam esses conflitos. -----

O presidente da Assembleia, após ter verificado que ninguém mais queria intervir submeteu a moção apresentada pelo PCP/PEV à votação que foi rejeitada com 25 votos contra, sendo 24 do PS e 1 independente; 6 votos a favor, sendo 4 do PSD 1 independente e 1 do PCP/PEV; e 1 abstenção do PS. -----

João Cunha (PPD/PSD): o PSD entende votar a favor, por solidariedade com a posição apresentada na moção do PCP/PEV. -----

Presidente da Câmara: voltou a intervir, tornando a reforçar a ideia que: “A função da Câmara é manter-se imparcial, pugnando pela oferta de emprego no território. Delineando estratégias de captação de emprego e dando boa imagem para o exterior, com vista a captar investimento, sendo esta a melhor forma de estar ao lado dos trabalhadores. Mas tomar posição quando nem é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competência nem conveniência da Câmara Municipal, só afasta investimento e mais do que isso dá uma imagem muitas vezes distorcida do território. A melhor forma de ajudar os trabalhadores é simplesmente este anúncio, “amanhã de manhã vamos para Espanha, há obra de requalificação da zona industrial, vamos abrir mais duas fábricas, criar mais postos de trabalho, e isto, muitas vezes, faz-se com uma postura sensata”. -----

Manuel Monteiro (PS): interveio mencionando que a moção que o PS defende e que vem na linha daquilo que o senhor presidente da Câmara disse, consiste no seguinte:-----

“Considerando que um dos fatores de desenvolvimento do concelho, nas últimas décadas, tem sido a atividade das empresas situadas nos parques industriais de Formariz e Castanheira bem como noutros locais dispersos do concelho. -----

Considerando que à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal compete manifestar o seu regozijo pelo investimento realizado com a criação de postos de trabalho no concelho;-----

Considerando que a resolução de conflitos laborais é um assunto que diz respeito a partes diretamente interessadas (empresas e trabalhadores) ou seus representantes (associações patronais ou sindicatos); -----

Propõe-se a aprovação da seguinte moção:-----

O grupo municipal do Partido Socialista apela a que o diálogo seja o caminho preferencial a seguir para a resolução de todos os conflitos laborais e que, quando isso se revele difícil, que haja serenidade para aguardar a decisão dos órgãos competentes para dirimir este conflito e confiança em que essa decisão respeite os direitos de todas as partes”. -----

Celina Sousa (PCP/PEV): interveio seguidamente e referiu: “Quando pensei que a moção já tinha sido debatida vi o senhor presidente muito preocupado em justificar a sua imparcialidade o que me estranhou”. -----

Se considera a moção assim tão extremista está no seu direito, mas também estou no direito de perceber que, se calhar, os interesses económicos falaram mais alto e eu continuo a realçar isto, nós temos de cativar o desenvolvimento e os empresários para Paredes de Coura, mas não os podemos cativar sem lhes mostrar que Paredes de Coura é um concelho onde os trabalhadores têm direitos e, é isso que está em causa”. -----

João Cunha (PPD/PSD), interveio alegando que: “Há uma moção que é apresentada e com a qual concordamos. Depois uma posição do Partido Socialista que é dúbia. Os presidentes de junta votam para fazerem a vontade ao sentido de voto. Acho que por vezes o voto devia ser repensado. Hoje por acaso faz sentido aquilo que estou a dizer, assim como fazia sentido grande parte de as votações serem secretas porque o sentido de voto hoje não era mesmo ao qual nós assistimos. Há uns anos atrás eu era vereador na Câmara Municipal tal como o líder da bancada do Partido Socialista e numa dada reunião fui eu que tomei a mesma posição relativamente à cativação de emprego e do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alargamento do tecido empresarial em Paredes de Coura. Eu recordo-me perfeitamente qual foi a posição do líder da bancada do Partido Socialista e do executivo da altura dizendo-me que não havia pessoas, não havia gente. Criaram mil e um problemas em relação à cativação das empresas para virem para Paredes de Coura, inclusivamente falaram-me que ia abrir um polo industrial do outro lado de Espanha e que não fazia sentido nenhum estarmos a falar disso, não havia gente em Coura temos que ser realistas foi o que me foi dito na altura. -----

Louvo a posição do senhor presidente da Câmara neste momento não vou ser hipócrita não vou ser incoerente em relação às minhas posições tomadas no passado. -----

Hoje independentemente das ligações que tenham eu só condeno é que nas ações de promoção partidárias, a Kyaia era o exemplo. Afinal já não o é, tudo o que era ação partidária de propaganda política era precisamente a Kyaia o espelho máximo escolhido, afinal já não o é e quero aproveitar também para louvar a atitude de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras da Kyaia. -----

Espero bem que não sejam vítimas de represálias maiores por tomarem a posição que estão a tomar. “

Manuel Monteiro (PS), voltou a intervir respondendo a João Cunha o seguinte: “O membro da bancada do PSD recuou 10 anos, mas não conseguiu explicar o que queria dizer porque nem sempre estava presente e eu vou-lhe recordar um episódio, triste, mas vou-lho recordar. Foi essa sua função e essa sua capacidade de representação dos Courenses que o senhor teve, enquanto foi membro do executivo, durante muito pouco tempo. Essa discussão, se havia pessoas ou não havia, é preciso contextualizá-la e o senhor nunca contextualizou nada, ninguém percebeu. Mas agora eu digo senhor membro da assembleia, o senhor deve estar recordado na representação institucional que teve em Cenon. Deve estar recordado, num ato público de subscrição de um convénio e há membros aqui, que estavam presentes, o senhor foi capaz com o telemóvel de interromper o presidente da Câmara de Cenon e estava em representação deste Município. O senhor parece que tem alguma questão contra mim, não tenha, nunca o citei, mas agora tive de me defender. E o senhor já na última assembleia entrou por caminhos que não devia e eu não quis responder-lhe. Tenha bom senso porque quem tem feito gato sapato desta assembleia, a gente sabe quem é. Quem é que tem tido capacidade para estar sereno, defender as suas posições e eu nem sequer vou, agora, aqui, questionar ou pôr em causa a sua palavra relativamente à posição que tomou em relação à posição do senhor presidente da Câmara e à posição do grupo municipal. Repare nem isso vou explorar. Portanto o que está aqui em causa e só lhe quero dizer isto, não tenho nenhuma questão pessoal contra si, até parece que tenho, não é? Não tenho e isto tem que ficar claro para que a nossa discussão possa ser elevada e possa ser no sentido que os courenses querem. E os courenses querem é que nós tenhamos aqui intervenções que vão no sentido de melhorar a vida deles, de melhorar o concelho e melhorar a nossa prestação política, aqui.-----

João Cunha (PPS/PSD): respondendo a Manuel Monteiro disse que não tinha muito a dizer. Tomou a sua posição. Teve a sua intervenção e deixa ao cuidado de cada um fazer a análise da intervenção. -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara, interveio esclarecendo: “uma coisa é a minha opinião, do Vitor, outra coisa é a minha opinião enquanto Presidente de Câmara. Enquanto presidente da Câmara tenho que proteger e avaliar bem ou mal, o que é melhor para o concelho. E nota-se, neste assunto, em que, cada vez mais, o diálogo está mais azedo, já há divisões entre os próprios trabalhadores e enquanto continuarmos neste caminho. -----

Citou Gandhi relembrando a expressão que diz que quando seguimos a máxima “dente por dente, olho por olho”, acabamos todos cegos e desdentados. -----

Em relação ao seu alegado aproveitamento político, de utilizarem a Kyaia como um elemento de estratégia ou de propaganda, na maior parte das situações, esclareceu que quem marcava as visitas não eram eles, era o Primeiro Ministro, ou porque havia introdução de uma nova tecnologia ou por outro aspeto qualquer. Não foram eles que escolheram a fábrica. Aparentemente foram muitas vezes à Kyaia, mas também foram quatro vezes à Doureca, duas vezes à MGI Coutier, duas ou três vezes à Valver, ou seja, não foram eles que marcaram as visitas. -----

“Quando foi para anunciar a visita para a ligação à autoestrada, foi tudo marcado por nós e planeado para a Doureca e, está aí o Rui Lobo que o pode comprovar, e de um momento para o outro um assessor do Primeiro Ministro resolveu alterar a viagem. Quando foi o lançamento da ligação da autoestrada, digo-vos isto com verdade, se quiserem, acreditem ou não, sou incapaz, até pela minha formação, ou pela minha educação e até pelo respeito que devo ter pelas pessoas, e uma coisa é o respeitar a vossa luta, outra coisa é o meu papel enquanto Presidente de Câmara, não seria capaz de instrumentalizar quem quer que fosse. Estarei aqui para lutar ao vosso lado, acreditem ou não, mas em circunstâncias em que isso faça parte da incumbência e das funções da Câmara”. -----

Continuou reforçando que o papel primordial da Câmara Municipal não é defender os trabalhadores. - Dando um exemplo salientou que na Câmara Municipal acabaram um processo de avaliação e há muitas pessoas descontentes. Quem está a defender o interesse dos trabalhadores do município são os sindicatos e às vezes os sindicatos são duros e fazem o seu papel, porque num ambiente de quotas, onde não é possível atribuir a respetiva nota a cada um e em que há muitas pessoas descontentes, a única forma que os trabalhadores da Câmara encontram para se defenderem são os sindicatos. -----

Referiu que: “há pessoas que ficam descontentes e tristes comigo, porque acham que eu posso defender os seus interesses, quando eu nem faço parte do processo de avaliação, são os respetivos chefes, por muito que custe às pessoas. Têm que ser os sindicatos a defender os interesses deles. Têm que perceber qual é o papel da Câmara Municipal. Tem que ser um papel que defenda o interesse comum mesmo que aparentemente isso, muitas vezes, não seja visível”.-----

O presidente da Assembleia Municipal leu a moção apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista. Submetida à votação foi aprovada, por unanimidade com declarações de voto do PPD/PSD e PCP/PEV, a seguir transcritas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ricardo Marinho (PPD/PSD) referiu: “votamos favoravelmente a proposta do Partido Socialista porque somos coerentes. No fundo ela é muito semelhante à apresentada pelo PCP/PEV e a mim, custa-me entender a incoerência do PS, duas moções praticamente iguais e um sentido de voto variável”.

Celina Sousa (PCP/PEV) disse: “votei favoravelmente esta moção, contudo acho que ela é extremamente generalista e apesar de muito semelhante à anterior, obviamente, não cita nomes que, era isso que o executivo pretendia”. -----

Iolanda Pereira (PS) mencionou que: “relativamente às moções apresentadas, absteve-me na primeira e votei a favor na segunda. E absteve-me na primeira porque embora apelasse ao diálogo, foi no sentido de só apoiar os trabalhadores. Ouvi na imprensa a intervenção dos trabalhadores, mas não ouvi nada da entidade patronal, daí a minha abstenção. Na segunda moção entendi que seria o apoio ao diálogo, daí votar a favor desta. -----

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpelações ao Presidente da Câmara Municipal. -----

Ricardo Marinho (PPD/PSD), interveio abordando a questão da avaliação dos funcionários municipais. -----

Disse haver muitas pessoas descontentes, mas a questão que quer trazer à colação relaciona-se com as oficinas da Câmara Municipal e os trabalhadores a ela afetos. -----

As oficinas municipais, ainda têm os telhados em fibrocimento com amianto e bastantes infiltrações de água. Tais problemas, podem ser um aspeto bastante importante no descontentamento dos funcionários. -----

Alertou ainda para a falta de equipamento e para o desrespeito total, muitas vezes, quase total, pelas questões da segurança no trabalho, por falta de equipamentos e de proteção individual. -----

Questionou se haverá algum investimento ou alguma melhoria por parte destes serviços a partir de propostas do executivo. -----

O Presidente da Câmara respondeu à interpelação da seguinte forma: “No que toca à avaliação dos funcionários municipais: o presidente da Câmara acaba por ser a última figura da avaliação, mas como há quotas será sempre difícil e haverá sempre descontentamento. -----

Em relação às condições de trabalho, reconheceu que as condições não são más, são mesmo muito más, mas muitas vezes é preciso investir na altura certa e, está quase em fase de conclusão a aquisição da antiga fábrica dos quadros para a mudança das oficinas para lá. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu, ainda, a existência de conversas com os sindicatos que reivindicavam os interesses dos trabalhadores, tendo-se revelado bastante compreensivos, em atenção às dificuldades iniciais da Câmara. Esclareceu, ainda, que logo no início do primeiro mandato do executivo, tentaram comprar a antiga fábrica dos quadros. O negócio esteve quase acertado só que, entretanto, houve um imbróglio jurídico com a CGD, que, entretanto, está ultrapassado, pelo que dentro de pouco tempo haverá condições para mudar as instalações das oficinas para a fábrica dos quadros.-----

Em relação à falta de equipamentos, admitiu perentoriamente que a culpa também é sua, pelo incumprimento porque não obstante o investimento em fardas, em botas e em sapatos, só dois ou três funcionários utilizam o fardamento. Assim, pode-se dizer que é um problema de incompetência da Câmara Municipal por não obrigar a cumprir os regulamentos. Assim, terá de responsabilizar os encarregados para obrigar os trabalhadores a usar o fardamento. Inicialmente a desculpa para não usar foi que só tinham uma farda. Para ultrapassar a questão, mandou-se comprar três fardas, mas mesmo assim muitas vezes o que se constata é que muitos funcionários a utilizam para os afazeres de casa e não nos trabalhos do Município. Atendendo a este reparo, estamos mandatados para comunicar aos trabalhadores que, já que não nos obedecem a nós temos esperança que vos obedçam a vocês. -----

ORDEM DO DIA

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

Ponto nº 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2020

Ponto nº 02 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento, previsto na alínea a), nº 1, artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2020. -----

O Presidente da Câmara referiu: “O orçamento para o ano de 2020 é um documento de continuidade do projeto de atividade traçado pelo executivo que ao longo dos últimos seis anos tem procurado implementar, entrando agora numa fase de execução física de obras muito relevantes, para a promoção da atividade económica. -----

É o maior orçamento de sempre, dezasseis milhões quatrocentos e quarenta mil euros, explicado por duas grandes obras que mudarão estruturalmente a vida do nosso concelho. Falamos da execução da ligação da A3 e do alargamento e qualificação da zona industrial de Formariz, sem, no entanto, esquecer a rede viária municipal que terá um investimento de 660 mil euros no ano de 2020 e 837 mil

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros em 2021. No fundo trata-se de um orçamento que tem um objetivo muito concreto, a criação de emprego. -----

O emprego gera bem-estar para as famílias e ao mesmo tempo riqueza e receita para auxiliar os que mais precisam. Somos um executivo dinâmico e que muito tem trabalhado para criar um clima de confiança propício ao investimento, sendo por isso, um executivo com velocidade institucional. Nos últimos tempos, Paredes de Coura foi um dos concelhos que mais emprego criou e estão neste momento duas grandes empresas a preparar os projetos que darão lugar a duas novas unidades fabris. A criação de emprego é sempre resultado de bom trabalho e de boa governação. Continuaremos neste caminho porque isso significa novas oportunidades de emprego e melhores salários e tudo isto é possível porque a gestão criteriosa dos últimos anos, baseada no rigor e na racionalização de todos os recursos, garantiu uma consolidação orçamental que agora permite o financiamento municipal que suporta e comparticipa alguns dos grandes projetos. Esta cultura de rigor é entendida como fundamental para reforçar o investimento e desenvolver com eficácia o plano de atividades. 2020 assumirá particular relevância em execução de obras estruturais de promoção de atividade económica e de interesse estratégico para a captação de investimento para o futuro do concelho, nunca perdendo de vista a visão de que só através da educação e do acesso à cultura é possível qualificar e garantir a coesão social do território. Acredita-se que o fator preponderante para a fixação da população é o crescimento do emprego num quadro de desenvolvimento económico sustentado e garantindo em simultâneo o acesso da população a educação e serviços de qualidade. Assim, em primeiro lugar é de evidenciar a necessidade de execução da ligação à A3, com o inerente pagamento dos encargos assumidos no protocolo celebrado com a IP, designadamente, o custo das expropriações e a comparticipação da obra. -----

No plano do investimento e do desenvolvimento económico é também de destacar o projeto de alargamento e qualificação da zona industrial de Formariz, submetido a financiamento comunitário em outubro deste ano e cuja execução está prevista para 2020, com a necessária garantia da comparticipação municipal. -----

Em conjunto, pelo interesse estratégico, estas duas grandes obras são, sem qualquer dúvida, o investimento mais relevante feito no concelho nas últimas décadas, pelas perspetivas que abrem para o futuro. Este esforço económico é justificado, ainda que possa limitar pelo tempo da sua execução, o investimento nas restantes áreas de atuação do município. Em termos orçamentais estas duas grandes obras, não impedindo a ponderada despesa nos restantes setores, trarão um rigor orçamental reforçado que poderá ser mitigado com a colaboração e a compreensão de todos. Assim, refletem-se nas grandes opções do plano de atividades para o ano de 2020, os objetivos seguintes: reforçar as condições de acolhimento de novas empresas através da melhoria dos acessos e das zonas de acolhimento existentes; executar a ligação à A3; potenciar a implantação de empresas de base tecnológica e a criação de emprego mais qualificado nas zonas industriais de Paredes de Coura; alargar a rede de fibra ótica a todas as freguesias do concelho; investir na melhoria e na manutenção da rede viária municipal; apostar na construção de habitação a custos controlados para os mais jovens



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e na reabilitação nas habitações dos mais carenciados; continuar a investir na reabilitação e na manutenção dos edifícios municipais e espaços públicos; reforçar a rede de WI-FI nos espaços públicos; reorganizar e tornar mais eficaz o sistema de recolha dos lixos promovendo a reciclagem e a redução de produção de lixo; reforçar a promoção do CEIA junto da comunidade académica e científica internacional com o objetivo de criar um calendário de eventos ou congressos; estimular a utilização dos equipamentos públicos locais como uma extensão da escola e como complemento para a áreas curriculares; continuar a requalificar as infraestruturas desportivas e apoiar a prática de diversas modalidades; continuar a apoiar as atividades do Agrupamento de Escolas, dos Bombeiros Voluntários, das IPSS e da EPRAMI; promover a reciclagem; a qualificação profissional de pessoas com mais de 50 anos e beneficiários do RSI, potenciando a sua reinserção profissional em empresas do concelho e outras instituições; manter os apoios sociais e reforçar o trabalho de colaboração com as instituições locais e regionais; reforçar a valorização turística do concelho e aumentar o fluxo de visitantes apoiando a iniciativa empresarial e a promoção de produtos locais; promover a salvaguarda e a valorização do ambiente mantendo a aposta nos suportes da natureza e na preservação da paisagem; valorizar e potenciar os recursos florestais bem como implementar medidas da defesa da floresta contra os incêndios , promover a gestão florestal para evitar o abandono das propriedades, bem como promover rearborezações com árvores de espécies autóctones que são economicamente viáveis e sem impactos ambientais; dar continuidade à política de apoios municipais ao movimento associativo estimulando o sentido de pertença à comunidade, em síntese não é um orçamento comum mas um orçamento que é feito para as pessoas e para a criação de emprego. É um orçamento de esperança.-----

João Cunha (PPD/PSD): em resposta às propostas apresentadas, referiu o seguinte: “Relativamente à proposta de orçamento não foge em nada à proposta de orçamento apresentado no ano transato. O atual executivo entende que deve seguir esse caminho. Em variadíssimos pontos concordo, mas podia dizer que preferia a ligação à autoestrada a Ponte de Lima do que a Sapardos, a ligação a sul servia a maior parte do concelho e isso é discutível. -----

Gostava de ver patente neste documento uma maior dotação orçamental para as freguesias.-----
Vamos ficar pior, com maior carga de impostos e gostava de ouvir o senhor presidente da Câmara por exemplo, numa linha transversal, dizer que iria diminuir o IRS. Se conseguimos que um maior número de pessoas venha e resida cá, se temos uma maior fonte de receita, pelo menos que houvesse uma diminuição da carga fiscal no concelho bem como, relativamente à derrama, ao IRS e ao IMI. Bem gostaria de ouvir da parte do executivo que isso viesse a acontecer e se calhar qualquer um dos presentes também gostava de ouvir. -----

Em relação a este orçamento e numa leitura que direi transversal, vi contempladas verbas, algumas com muita discrepância de umas freguesias para outras e gostava que fosse explicado porque não posso deduzir outro tipo de situação em face daquilo que está patente nestes documentos relativamente à freguesia de Vascões. Não vi afeta qualquer tipo de verba, li qualquer coisa sobre o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CEIA, mas o CEIA é do interesse do concelho, não estamos a falar da freguesia de Vascões. Espero que não esteja em causa a votação da população de Vascões nas últimas eleições. Não se compreende que não haja nenhum tipo de verba afeta para a freguesia de Vascões, freguesia que é do PSD. -----

Também queria, relativamente à rubrica “outros” vejo na rubrica 020102, combustíveis e lubrificantes, gasóleo e gás, aparece uma verba de 120 mil euros para gasóleo, aparecem 11 mil euros para gás e depois na rubrica outros, aparece um valor de 121 mil euros. Não estou a duvidar da gestão do executivo, mas gostava que fosse mais explicado. -----

Depois na rubrica 020120, material de educação, cultura, aparecem 10 mil euros. Depois a rubrica onde está afeto o maior valor refere 254 mil e 500 euros, não consigo entendê-lo.-----

Há ainda a rubrica 020225 onde aparecem 1 milhão 933 mil e 200 euros e eu fico sem compreender alguma coisa disto.-----

Para finalizar também gostava de ter visto alguma proposta em que fosse contemplada a agricultura, o parente pobre da aposta do executivo. -----

Celina Araújo (PCP/PEV) consignou: *“Tentei encontrar no Plano de Atividades e Orçamento do Município de Paredes de Coura para 2020, objetivos sobre a sustentabilidade ambiental, contudo o que encontrei parece-me muito vago. -----*

Relativamente à questão Ambiental, continuamos a assistir às boas intenções da Câmara Municipal, contudo o que verifico é que parecem mais desejos do que realidades. Numa época em que urge uma mudança global para travarmos as alterações climáticas, poucos dias depois de concluída a cimeira do clima em Madrid, não vejo o município muito sensibilizado para a questão da efetiva redução da produção de lixo e do uso de plásticos. Este executivo, surpreendeu-me positivamente, ao começar este mandato levantando a bandeira da valorização da paisagem, mas aquilo que parecia aposta efetiva na ecologia, desvaneceu-se. Pouco mais vejo neste orçamento do que uma fatia para a proteção da floresta com o objetivo de evitar incêndios. O desenvolvimento sustentável, vai muito além disso, Senhor Presidente. É certo que são necessárias políticas globais e nacionais, mas as políticas locais também fazem diferença, fazem muita diferença”. -----

Presidente da Câmara, em resposta, disse: “Vou começar pela última parte, sustentabilidade ambiental, da próxima vez vamos convidá-la para o plano de alterações climáticas que estamos a fazer. -----

Temos um projeto de reflorestação a anunciar brevemente e estamos a planear, com uma empresa israelita, um plano de combate às alterações climáticas com criação de emprego. É evidente que quem está na oposição não tem que governar com orçamento e, portanto, pode propor muitas medidas e prometer tudo. -----

Em relação às condições climáticas há uma preocupação que implica, de facto, novos comportamentos e também a criação de empregos, -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em relação à rede viária fomos sempre acusados de não fazer o suficiente, mas lembro que para 2020 vão ser investidos em rede viária municipal, seiscentos e sessenta mil euros e para 2021 estão previstos mais oitocentos e trinta e sete mil euros. -----

Em relação a Vascões há algum descontentamento, mas a última obra que me lembro, ainda feita à pouco tempo e deram os parabéns ao presidente da junta, e muito bem, foi ele que escolheu a obra, mas também não ficava mal dizer que a Câmara também ajudou. No entanto há uma verba à volta de 100 mil euros, onde podemos incluir diversas obras.-----

Em relação às obras da freguesia esse descontentamento também existe entre os vários presidentes do Partido Socialista, em quem muitas vezes, também disputam e olham o investimento que outras juntas estão a fazer nas respetivas freguesias, mas uma coisa é aquilo que existe no papel, outra coisa é a ideia de justiça que tem que existir. E se há uma ideia de injustiça ainda bem que alertou, mas nós não a esquecemos. -----

A estratégia que utilizamos nos últimos quatro anos teve algumas desigualdades, mas tentamos criar uma ideia de justiça, porque se assim não for, obviamente que as pessoas penalizam a própria Câmara. -----

Até não é o facto de castigar, como se costuma dizer na gíria, as juntas que porventura não são do nosso partido como se uma junta que fosse de outro partido tem que ter algum estigma ou tem que ser marginalizada. Isso não faz sentido, o que faz sentido é que as pessoas de Vascões que de facto não votaram em nós não tem de ser prejudicadas, até porque não fazia sentido. -----

Em relação a essas verbas do orçamento, como sabe não sou contabilista, podemos-lhe facultar essa informação ou também tem o direito de se dirigir à contabilidade e pedir que lhe expliquem, mas pode ter a certeza que o orçamento é feito com base nos encargos ou nas despesas médias do último ano e que cada um destes valores tem justificação. -----

Em relação à agricultura aparentemente há muitos projetos que estão a ser planeados, alguns deles, completamente revolucionários. Ainda não os comunicámos, porque no fundo é criar expectativas que depois possam ser defraudadas. Estivemos em Israel, visitamos Vulcani Center, o maior centro de agricultura do mundo e estamos a trabalhar com investidores israelitas. Brevemente estaremos em condições de anunciar esses projetos. Em Paredes de Coura há uma grande quantidade de terrenos em pousio ou que são incultos e que poderão fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento ligado à agricultura. -----

Também fomos procurados por dois investidores ingleses, interessados em fazer agricultura científica, em teto fechado para produção de uma marca de produtos hortícolas, com etiqueta saudável. Se se vai concretizar, não sabemos. -----

Não nos podem acusar de não estarmos a trabalhar no domínio da agricultura. Do ponto de vista industrial toda a gente nos reconhece, pelo menos, algum mérito. Pelo Instituto Nacional de Estatística, soubemos que, ainda há pouco tempo, Arcos de Valdevez tinha uma estrutura industrial maior que a nossa e neste momento já o ultrapassámos. No domínio da agricultura estamos a trabalhar muito, ora se se vai concretizar ou não, não sabemos. Quando os projetos estiverem melhor concretizados,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obviamente que vamos pedir-vos, porque isto não é um projeto político, mas um projeto agrícola para o concelho e obviamente que, com os vossos conhecimentos na área, poderão ajudar-nos”. -----

Celina Sousa (PCP/PEV), referiu: “Espero então que esse plano de desenvolvimento sustentável saia e com muito gosto serei ouvida por vocês, mas é preciso orçamento para fazer essas mudanças. Já vi que por aqui já há garrafas de vidro, muito bem, espero se pedir um copo de água não venham com um copo de plástico. Aqui já estamos muito bem, mas espero que da próxima vez se lembrem de fazer uma distribuição de garrafas reutilizáveis na escola secundária, que se lembrem que, se calhar, o plástico não é a melhor opção.-----

Presidente da Câmara respondeu: “Não podemos diabolizar o plástico, por exemplo, o plástico dos computadores é durável, obviamente que cumpre o seu papel.-----

O problema do lixo do mundo, e não sou nenhum expert, é o problema do plástico da distribuição que é esse, de facto que acaba por poluir até ao mar. Agora até os próprios dinamarqueses, pessoas sensatas e com muito conhecimento na área, também estão assustados com a diabolização do plástico. Depende do tipo de plástico, porque se não tivermos plástico vamos ter algodão, ou vamos ter papel. É a mesma coisa.-----

Há pessoas que criticam, outros que até apoiam, nós apoiamos como alternativa, porque não diabolizamos nem uma parte nem outra.-----

Muitas vezes as alternativas que se propõem são muito prejudiciais. -----

Um exemplo concreto, Paredes de Coura é de um dos três lugares do mundo em que a LEGO, escolheu para debater problemas e a solução para acabar com o plástico das peças é a cana do açúcar, só que já perceberam que a produção intensiva da cana do açúcar pode ser pior”. -----

Ricardo Marinho (PCP/PEV), interveio dizendo: “Em relação ao investimento nas alterações climáticas e às alterações climáticas, passam por três grandes pontos que são: a água, a energia e os resíduos.-----

Numa reunião da Assembleia o presidente da Câmara falou na aquisição de um camião de recolha de resíduos que precisaria de um só operador. Esse camião ainda não foi visto nas estradas de Paredes de Coura, mas no orçamento consta um investimento de 50 mil euros para recolha de resíduos para material de transporte. É esse o valor destinado ao carro de recolha, ou não? -----

Depois, em relação à iluminação pública, continuamos com a luz desligada durante parte da noite porque as lâmpadas de mercúrio consomem mais que as “Led”. Continuamos por fazer essa transformação. -----

Não vejo também nada relacionado com a água, pelo menos a água das nossas captações e de sistemas que podemos fazer para termos sempre esse recurso disponível e evitarmos situações de crise de água e de seca, porque somos um concelho com bastante disponibilidade e não precisamos de passar por esse tipo de situações.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A seguir, o presidente estava a falar da agricultura, que tem também, muito a ver com as alterações climáticas. E de projetos fracassados e projetos que correm bem. Nestes termos queria questionar acerca do projeto “Portugal Mata Viva”. Como é que está esse projeto? Se realmente é um projeto fracassado ou um projeto com pernas para andar”. -----

Presidente da Câmara respondeu nos seguintes termos: “Em relação à iluminação está-se a preparar a substituição de forma integral de todas as lâmpadas por tecnologia Led através de um novo projeto. -----

Até final deste ano, se calhar nem tanto, depende, da contratação pública, a luz vai de facto ficar ligada toda a noite, está-se a trabalhar nesse sentido. -----

Em relação ao lixo vamos investir num sistema novo, que é caro, mas também vamos pedir a colaboração das pessoas. -----

Em relação à água, obviamente que vamos ter que arranjar algumas captações, sobretudo para a nossa rega. Brevemente vão ter uma notícia que não é muito simpática. Se estivesse do vosso lado também achava que era incompreensível e irracional, porque de facto vamos ter de poupar água, porque o preço vai aumentar de forma substancial e, portanto, vamos ter que pensar nas captações e pensar num sistema mais racional. -----

O projeto Portugal Mata Viva tem um problema: a dificuldade em transformar as unidades de crédito de sustentabilidade num produto financeiro. Neste momento, estão a procurar na China, através de um escritório de advogados em Londres, forma de esses créditos se tornarem num futuro financeiro, porque neste momento não o são e o projeto não pode avançar sem dinheiro inicial. O projeto, no fundo, promove os denominados serviços de ecossistema. Imaginem que determinada pessoa tem um carvalhal maravilhoso. Essa pessoa para cuidar desse carvalhal e não abater nenhuma árvore, naturalmente, que tem de ser paga, por isso tem que receber um rendimento e esse rendimento é sempre dado “a posteriori”, não é dado à cabeça. Essa pessoa poderia destruir esse bem, que no fundo, está a prestar um serviço de ecossistema à humanidade, o de fixar o carbono no solo, contribuir para um melhor meio ambiente, para preservar a biodiversidade. -----

A APA, quando avançamos com esse projeto, ficou relutante porque achava que não devia ser uma entidade estrangeira a introduzir o projeto no nosso país, mas deveria ser a própria APA com capital português. Neste momento, o impasse é este. Agora também obviamente as pessoas que estão envolvidas e a associação com a qual nós protocolámos ou resolve a situação ou nós revogamos o protocolo até porque, é contraproducente ter o edifício impedido, porque já tivemos propostas para outras situações. -----

Em relação ao ambiente e à floresta, o Dr. Tiago Cunha vai dizer o que estamos a fazer nessa área”. --

Interpelado para intervir, **Tiago Cunha (Vice-Presidente)**, referiu que: Na sua opinião a questão da agricultura e da floresta é um pouco por toda a parte, de certa forma, secundarizada, e isso tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reflexo, por exemplo, na pouca importância que se dá no período de negociação da PAC que é altamente estruturante e que poucas pessoas falam nisso. -----

“Na sexta feira passada decorreu um congresso no Centro Cultural em que tivemos a oportunidade de debater com as pessoas que fazem a negociação da PAC e estamos a falar sobre serviços de ecossistemas com projetos que valem três a quatro milhões de euros e perdemos o pé e a noção que a PAC gere cem mil milhões e, eventualmente, é daí que se devem retirar as remunerações para o serviço de ecossistema. E uma das questões que é importante referir é, precisamente, essa. É que um dos trabalhos que a maior parte dos agricultores não tem a perceção do que está a ser feito e tem que ser feito, diz respeito, por exemplo, à questão do encabeçamento e, que nos afeta muito a nós, sobretudo às áreas que são mais sensíveis, como a questão dos carvalhais, em que nós ficamos claramente a perder em relação ao Alentejo, por exemplo. Esse problema é um problema estrutural à agricultura, é um problema que, para mim, tem um impacto inacreditável na vida das pessoas, porque impede a possibilidade de as pessoas terem animais, condiciona a vida das pessoas, e impulsiona-as, às vezes, a correr riscos que não fazem o mínimo sentido e criam uma carga completamente artificial sobre a paisagem. Nós trabalhamos esse problema, sobretudo, com o interlocutor que esteve aqui no congresso e que, no fundo, compreendeu o problema e se mostrou sensível. Articulamos com algumas instituições que têm responsabilidades no âmbito da prevenção de fogos, por exemplo, porque não se considera, na maior parte dos casos, que a gestão da paisagem feita por animais é um elemento que previne os fogos mas, a toda a altura, se fala nas cabras sapadores e acha-se que as cabras sapadores são uma solução e não deixam de o ser, não são é a única solução. Se calhar são a que tem mais impacto cá. Portanto, esse trabalho de encabeçamento tem sido feito. É um trabalho, como dizia o senhor presidente, que não tem um impacto visível, nem nós estamos a todo o momento na comunicação social, porque se tivéssemos tempo para estar a todo o tempo na comunicação social, não trabalhávamos. Portanto é um bocadinho inglório, até para nós, porque o trabalho está a ser feito e não temos resultado visível, palpável e de forma imediata. Temos bastante esperança e convicção que esta questão do encabeçamento possa ser uma bandeira forte.-----

Em relação à questão do trabalho na agricultura temos trabalhado em parceria com as associações de produtores, no caso em particular, eu cito o nome, tanto a Cooperativa como a Vessadas, nos têm ajudado nisto. -----

Submetemos a financiamento um projeto que tinha a ver com a substituição dos animais, a criação de uma espécie de bolsa de animais, uma ideia fantástica que nos foi proposta pelas associações de produtores e que eu acho que iria resolver um grande problema dos agricultores. Essa tentativa de financiamento, tenho esperança que ela ainda venha a ser aprovada. Espero que venha aprovada, mas como dizia há bocado a Celina, que gostava de ver coisas práticas, pragmáticas implementadas. As medidas práticas, pragmáticas e implementadas implicam dinheiro, necessariamente, e o financiamento é sempre uma condição para as executar e isso é o que nos falta. -----

A questão da reflorestação que referimos, diz respeito à reflorestação com limpeza diária para compensação e pastoreio, por exemplo, para diminuir carga porque ambientalmente é muito mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsável etc. Em relação à gestão da floresta o plano de gestão florestal feito pela ZIF, está feito para todo o baldio do concelho. Falta o financiamento. Aguardamos que abram linhas de financiamento para conseguirmos financiá-lo. Todas estas medidas são medidas concretas, mas precisam, necessariamente, de dinheiro e num ano em que nós temos 16 milhões de euros de orçamento mas que temos para executar as duas maiores obras das últimas décadas, é difícil conseguir priorizar estas medidas em detrimento daquelas que foram priorizadas, que é o investimento em infraestruturas que são fundamentais para o desenvolvimento do resto do concelho. No fundo, aqui a decisão política é o que vamos fazer primeiro. -----

E essa é a questão e daí, os 50 mil euros que o membro Ricardo Marinho bem refere. A opção do camião do lixo é uma opção boa, mas a prioridade, infelizmente, se calhar é mesmo olhar mais para a zona industrial de Formariz e para as condições que ela precisa e para o acesso à autoestrada e para as condições que isso nos pode proporcionar. -----

João Cunha (PPD/PSD) de seguida, interveio dizendo: relativamente ao encabeçamento, as dificuldades que vamos encontrar nas negociações da PAC, são essencialmente a falta de união entre os municípios do Alto Minho comparativamente com os municípios de outras regiões do país. Por este motivo ao que temos assistido é o Alentejo e o Ribatejo a conseguir os fundos. A negociação que a CAP e a CONFAGRI têm feito, apenas tem incidido na questão do leite. Este é sem dúvida muito importante, mas não chega. Não tem havido uma aposta dos municípios do Alto Minho na agricultura ao invés do que tem sucedido, por exemplo, em Trás os Montes em que tem havido uma aposta clara dos municípios, na agricultura. Esta situação deve merecer alguma atenção, porque quando se fala de agricultores, não se está apenas a falar de agricultura, o assunto tem uma repercussão maior, no campo social, económico, paisagístico e turístico e num sem número de setores ligados. O Plano de Paisagem cai por terra quando a maior parte de os idosos morrerem, quando crescer mato e giesta nesses campos. -----

Continuando a sua dissertação referiu que as entidades sofrem dificuldades imensas, nos últimos 4 ou 5 anos, houve um sem número de associações de agricultores que, simplesmente, fecharam portas. “Eu não quero entrar por aí e entramos em coisas mais particulares, mas é à custa de muito sacrifício, acreditem, que algumas associações, algumas cooperativas, ainda sobrevivem, porque não há dinheiro, não há financiamento. Eu não estou a pedir que vocês substituam as entidades, não é isso que peço. Não há meios e depois vejo, por exemplo, medidas tão simples quanto esta: em Cinfães, por exemplo, lembraram-se de dar um apoio financeiro de 50 euros por vitelo nas raças autóctones, aqui fazia todo o sentido, ou seja, à barrosa, cachena ou a minhota 50 euros por vitelo, era um bom apoio para os agricultores. Ainda há dias vi, por exemplo, um ou dois concelhos que estão a custear a sanidade dos animais. Uma medida simples. Sei que acarreta mais um custo para o orçamento da Câmara, mas é uma forma de ajudarmos os agricultores, porque eu não quero voltar a falar das indemnizações que devam ser dadas aos ovinicultores pelos prejuízos causados pelos ataques dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lobos, já falámos disso, mais do que uma vez e já não quero entrar por aí, mas há várias medidas, há vários apoios que podem ser tomados de uma forma simples e se cativar mais os jovens. -----

Seguidamente Manuel Monteiro (PS) disse: *“A nossa posição relativamente ao orçamento é muito clara e vem na linha daquilo que sempre temos apoiado o executivo. Portanto, vem na linha de continuidade que o senhor presidente enunciou e essa linha de continuidade, a nosso ver, corresponde às expectativas dos courenses e corresponde às suas necessidades. -----*

Quando aqui se aponta que há opções políticas neste orçamento, elas são muito claras e são muito claras, porque vão em função de uma visão estratégica para o concelho. Dois grandes investimentos anunciados: a execução da ligação à A3 e o alargamento da zona industrial de Formariz, são dois elementos centrais de qualquer estratégia de desenvolvimento. E este orçamento, aloca muito da sua componente a essas duas dimensões. Mas aquilo que o senhor presidente também nos deixou, e queremos sublinhar isso, é que para além dessa dimensão, também tem uma dimensão de preocupação com todas as outras atividades inerentes à ação municipal. Desde logo, anunciando que é um orçamento de esperança e nós cremos que sim, pelos investimentos previstos, mas também é um orçamento de vontade de melhoria do bem-estar dos courenses. Essa vontade de melhoria, é uma vontade sistemática e que nós temos apoiado e estamos aqui para o renovar. De facto, diria, para terminar, que os objetivos se centram na economia, no ambiente, na educação e na qualificação, na integração e no apoio social, no turismo, na qualidade de vida e na coesão social. Isto são dimensões centrais para o desenvolvimento do concelho e para o desenvolvimento do bem-estar dos nossos concidadãos. Por isso, estamos aqui para assumir o nosso apoio a este orçamento e, nessa linha, votá-lo favoravelmente”. -----

Submetidos à votação, o Plano de Atividades e Orçamento e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, foram aprovados, por maioria, com 28 votos a favor, sendo 25 do PS, 2 independentes e 1 do PCP/PEV e 4 abstenções do PSD.-----

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-

CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO

Ponto nº 03 – Apreciação, discussão e votação de proposta de autorização para proceder à contratação de um empréstimo de curto prazo, para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2019, previsto no nº 1 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no montante que respeita os limites fixados no nº 5 do artigo 55º da referida.-----

Presidente da Câmara: é o empréstimo comum que a Câmara acorre todos os anos, para acudir a despesas de tesouraria. -----

João Cunha (PPD/PSD) salientou: votamos o empréstimo a favor, pensando nas freguesias, para que o executivo não falhe com os compromissos com os presidentes das juntas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Submetida à votação, a proposta de autorização para proceder à contratação de um empréstimo de curto prazo, para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2020, foi aprovada por unanimidade. -----

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto nº 04: Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de delegação da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, no presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março. -----

Presidente da Câmara: explicou que se trata de delegar competências no presidente da Câmara, no sentido de poder autorizar compromissos plurianuais até ao valor fixado na lei e, naturalmente que estes têm de ser submetidos a ratificação desta Assembleia Municipal, tal como refere a informação remetida a todos os membros. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de delegação da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, no presidente da Câmara. -----

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto nº 05 –Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 30-10-2018, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 15-12-2017, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2019

Ponto nº 06 –Tomar conhecimento de alteração ao orçamento da receita, de 2019, para incorporar as rubricas de transferência de competências. -----

Presidente da Câmara: informou tratar-se de alteração de designação de rubricas de receita em que os valores se mantêm e muda, simplesmente, a nomenclatura, situação que tem a ver com a transferência de competências para o município. É uma imposição da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) que, aconselhou, fosse dado conhecimento à Assembleia Municipal. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ALTERAÇÃO AO PDM

Ponto nº 07 -- Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao PDM de Paredes de Coura. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tiago Cunha (Vice-Presidente) interveio afirmando: O facto deste ponto constar novamente da ordem de trabalhos tem a ver com o compromisso assumido na assembleia anterior. Houve uma aprovação condicionada de alteração ao PDM, que se justificou com o facto de cumprir o prazo de submissão de uma candidatura. Ficou vinculado, que a Câmara Municipal remeteria o relatório de ponderação da discussão pública a nova apreciação da Assembleia Municipal, fase que faltava no procedimento de alteração do PDM.-----

Terminado o prazo da discussão pública, feito o relatório apreciado em reunião da Câmara Municipal, onde constam as participações públicas rejeitadas por motivos justificados que constaram do mesmo relatório enviado aos membros da Assembleia, foi remetido novamente para apreciação desta Assembleia para que, definitivamente, tomasse conhecimento, aprovasse, deixasse a forma condicionada e passasse a forma definitiva. -----

Nesta alteração ao PDM, no fundo, não há nenhuma alteração substancial, não houve nada de inovador relativamente ao ponto anterior, foi apenas uma formalidade que se considerou necessária e só fica ultrapassada e definitivamente fechada com a aprovação que agora é pedida à Assembleia. ---

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao PDM de Paredes de Coura
No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-

ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

Ponto n.º 08 -- Apreciação, discussão e votação de proposta de estratégia local de habitação de Paredes de Coura: -----

Vítor Silva (Vereador) intervindo referiu que: a “Estratégia Local da Habitação” é um documento relativo à política de habitação da Câmara Municipal, que define as prioridades e identifica o levantamento dos problemas existentes a nível habitacional e a nível de estado de conservação. -----

Foi necessário e foi feito, sobretudo, para o acesso a um conjunto de mecanismos de financiamento e particularmente, para possibilitar às pessoas que vivem em condições indignas e com bastante precariedade, o acesso a financiamento, inclusive de fundos que poderão permitir a comparticipação total, ou seja, a cem por cento, da reabilitação das suas habitações.-----

Para além disso, obviamente, nesta estratégia, há a preocupação com a promoção das habitações a custos controlados, que já está numa fase bastante avançada. O projeto fica pronto no final deste ano e no próximo vai-se avançar com a entrega de projetos para a construção e comercialização dessas habitações. -----

Disse ainda que atravessam um período em que é necessário algum envolvimento público na resolução dos problemas da habitação, sobretudo quando se tem uma população em aparente crescimento. -----

O projeto de Custos Controlados, além das frações de habitação, contará com alguns espaços comerciais, num terreno que fica na zona central de Paredes de Coura. Se este modelo correr bem, têm a perspetiva de avançar com outros em novos locais, também a custos controlados, disponibilizando apartamentos com valores inferiores à média praticada no mercado neste momento.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ricardo Marinho (PPD/PSD) pedindo a palavra, salientou que: a “Estratégia Local de Habitação” é realmente um trabalho importante quanto ao levantamento profundo das necessidades de Paredes de Coura e quanto à oferta existente. -----

Manifestou agrado pelas medidas / programação e pelo levantamento para recuperação das casas de oitenta e nove agregados familiares, até 2025, num investimento de perto de 2 milhões de euros, atitude que considerou de louvar, pelas muitas pessoas de Paredes de Coura que não têm habitação digna pelo que considerou um bom começo. -----

Outra medida que realçou foi a de reabilitação de imóveis, propriedade do Município, do OUSAM e da Santa Casa da Misericórdia, que poderão ajudar muitas famílias a integrar-se e a ter vida uma melhor, medidas cujo investimento vai rondar os 380 mil euros, ou seja, e resumindo, cerca de 2 milhões e meio de investimento para habitações de famílias carenciadas, uma estratégia que, nos tempos que correm, é mesmo de louvar. -----

Seguidamente falou da questão da promoção dos 27 fogos a custos controlados, que considerou mais uma questão de habitação social, a localizar na Avenida Cónego Bernardo Chouzal, em que o município disponibiliza os terrenos e o projeto para a construção, por valores abaixo do mercado. Serão construídos por uma entidade privada e estes fogos e espaços comerciais serão para venda, não para arrendamento, conforme referido no documento, para além de outros dados. O projeto inclui um conjunto de 3 edifícios autónomos, de rés do chão e três pisos que integram num total de 9 - T3, 9 - T2 e 9 - T1. No rés do chão inclui 3 espaços comerciais, 27 lugares de estacionamento e 27 espaços de arrumos. -----

Surpreendeu-se que, pelo menos, parte destes apartamentos não fosse destinado a arrendamento. Sendo só para venda, e se é pretensão de que se fixem os jovens no concelho, verificam-se apenas os interesses da entidade privada que os vai vender e os jovens casais já ficam com o crédito da casa. Mesmo apesar das taxas de juros estarem baixas e a altura ser favorável à compra de casa, considerou que faria sentido que, pelo menos, uma parte fosse para arrendar, destinada aos jovens que não pretendessem de imediato, sobrecarregar-se com os encargos na aquisição de habitação.----

Salientou não fazer muito sentido que estejam espaços comerciais afetos a este tipo de habitação social e, que o rés do chão poderia ser aproveitado para mais apartamentos. -----

Outra situação que disse preocupá-lo, é o regulamento de compra e venda, tendo em conta o exemplo dos apartamentos na Avenida Cónego Bernardo Chouzal, em frente ao Centro Cultural, que também são habitações sociais e que, ao final de uns anos, são utilizados como ativos imobiliários para arrendamento e para venda, quando deveria ser o contrário, deviam estar limitados, por algum algum tipo de restrição que durante um período temporal alargado não permitisse esse tipo de transações comerciais. -----

Finalizou com a questão da EPRAMI ter a possibilidade de arrendar as instalações contruídas para acomodar estudantes que viessem de fora e daí tirar algum proveito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Celina Sousa (PCP/PEV) mencionou que: “Relativamente ao assunto em questão referiu ter uma dúvida quanto ao primeiro direito. Consideram de carência financeira os agregados cujo rendimento médio mensal é inferior a € 1 743,04. Acha este valor um bocadinho elevado e gostava de saber como foi encontrado. Quanto à questão já levantada por Ricardo Marinho, que concorda plenamente, tem a ver com a aquisição de habitação a custos controlados e tem a mesma opinião do que tem acontecido nos prédios na Av. Cónego Bernardo Chouzal. As pessoas com necessidades adquiriram um apartamento a custo mais baixo, nada contra, mas ao fim de algum tempo e de as suas vidas melhoraram e conseguiram apostar numa habitação, decidem vender essa propriedade, nada contra. Nestes termos, sugeriu a criação de um regulamento para salvaguardar essas situações e criar uma bolsa para que esses apartamentos pudessem voltar ao património municipal ou a uma entidade pública que os pudesse gerir, porque vendê-los a preços triplicados do que foram comprados não lhe parece muito justo”. -----

Cláudia Pires de Lima, (Presidente da União das freguesias de Paredes de Coura e Resende) interveio dizendo que: “Este é um tema que me é bastante caro, no sentido de que o direito a uma habitação digna é um direito que nos assiste e sabemos perfeitamente que temos infelizmente muitas famílias que por muito que tenham quatro paredes levantadas dentro das suas portas nem sempre as condições são dignas. -----

Ainda há tempos me debati com uma situação dessas em que a casa, inclusivamente, nem piso tinha, era em terra batida e por fora ninguém diria. E por isso mesmo eu queria dar aqui uma palavra de reforço pelo trabalho que foi feito pelo município de nos chamar a nós presidentes de junta para sermos ouvidos um a um, apelo do senhor vereador Vítor e de uma arquiteta que estava presente. Nesta avaliação que também teve a colaboração do Gabinete de Ação Social do Município, foi realmente justa, foi uma avaliação que valorizou a presença das juntas das freguesias no terreno, que valorizou o contacto de proximidade que temos com as pessoas, e por isso, julgo que assim a avaliação, sem desprestígio do Gabinete da Ação Social, terá sido ainda mais fortalecida. Por outro lado, e pegando nas palavras dos membros Ricardo e Celina que também se debateram com a mesma questão, o controlo aqui pela aquisição de habitação a custo controlado. -----

Sinceramente, acredito que todos os planos que estejam a ser feitos pelo município não deixem, de forma alguma de parte, a justiça a equidade social e o controlo, também associado a essa empresa que tomará alguns passos nesta gestão. Mas o município se de alguma forma está positivo nesta possibilidade de aquisição de habitação a custos controlados, também, com certeza, que quer que todo o processo seja levado a bom termo e, por isso, acredito que todos os esforços sejam feitos nesse sentido, caso contrário, perder-se-ia todo o fundamento desta aquisição. Por outro lado, a questão da venda do arrendamento, é sempre uma dicotomia que nos faz pensar um pouco. Contudo, sabemos que a aquisição é para muitos jovens um sonho que não é realizado. E, às tantas os mais jovens que possam estar cá presentes viram os seus pais a lutar, uma vida inteira, para finalmente construírem ou adquirirem a sua casa, quando fizeram 50 ou 60 anos e, realmente, nem sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conseguimos comparar valores. Onde temos uma renda inferior àquilo que possa ser uma prestação mensal de aquisição ou seja, facilitar esta aquisição com controlo de taxas parece-me realmente ser um mérito deste município, uma vez que vai possibilitar que não haja um investimento em bens de outros e possa haver um investimento em bens próprios e muitas vezes reforçam com valores inferiores aquilo que uma própria renda mensal a pagarem algo que não é para o próprio agregado. Neste sentido, vejo este projeto como algo bastante positivo e uma aposta nas famílias, ainda para mais, pegando num dos assuntos iniciais para fechamos aqui também este ciclo se há uma aposta do município numa maior segurança em termos de emprego pois estes agregados, por mais jovens que sejam, poderão ter alguma segurança, com certeza, se não toda, para poderem fazer esta mesma aquisição e em vez de o fazerem aos 50, 60 anos, poderem fazê-lo no início de vida, na década dos 20 anos, podendo já orgulhar-se de estarem a construir algo para si". -----

O Vereador Vítor Silva afirmou que: "O primeiro direito, do grande investimento previsto na estratégia local da habitação do primeiro direito, tem, sobretudo, a ver com privados que apresentam condições de precariedade e de falta de acesso a financiamento. Portanto 2 milhões de euros que estão previstos nessa verba serão sempre de privados, não é, obviamente, o município que assume esse valor. A expectativa é que esse valor, em grande parte, seja comparticipado. -----

Nós temos, neste período de seis anos, a previsão destas intervenções pontuais, em alguns edifícios disponíveis para aí sim, acudir a situações mais urgentes e mais evidentes de precariedade e queremos ter uma bolsa de fogos disponíveis para essas situações que esperamos que sejam sempre de transição e de rápida resolução. -----

Quanto à opção de criar os espaços comerciais no rés do chão, teve a ver com a experiência dos técnicos IHRU do Porto, que de certa forma ajudaram a elaborar o projeto e recomendaram que exagerar na quantidade de fogos ou ter só apartamentos, pode de repente dar origem a um gueto. Edifícios só para habitação ou zonas mono funcionais, não são recomendados. Recomendam que haja alguma variedade, algum comércio de apoio às habitações para evitar o estigma da habitação social. Ter o máximo de pessoas possíveis no mesmo sítio, deve ser evitado, é o que se tem feito e, é por aí que se pretende ir. Para além disso, há também a circunstância de que o piso inferior, que é sempre o piso que fica junto à rua é de difícil ocupação com habitação. -----

O indicado vereador, referiu não gostar do termo "habitação social", pela conotação negativa que o mesmo tem. E a construção a custos controlados que é feita pelo preço real, pela possibilidade de arranjar financiamento, pelo facto de o município ser uma entidade pública e ceder o terreno, que é aquilo que aumenta, muitas vezes o valor dos fogos no momento da venda. Neste caso, foi vontade da Câmara elaborar o projeto para melhor controlo da qualidade. -----

Presidente da Câmara: seguidamente salientou ser evidente que um regulamento tem de ser feito com rigor e vai ser feito e submetido a esta Assembleia com o máximo de rigor e transparência possível, por uma ideia de justiça. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

É evidente que este projeto, em vez de ter mais benefícios para a Câmara, pode ter até, mais custos políticos. Mas o executivo está aqui a trabalhar para resolver o problema das pessoas. E, por muito mais legal que isto seja, e vai ser legal, o projeto vai alojar vinte e sete famílias e os candidatos vão ser trezentos. O que é que as pessoas vão pensar, vão com certeza julgar o executivo. -----

Obviamente que as observações feitas pelos membros fazem sentido. -----

Para a construção de habitações a custos controlados o município executa o projeto e fornece o terreno e obviamente que não se vai entregar o lucro de “mão beijada” ao empreiteiro. Evidentemente que o empreiteiro tem que ganhar dinheiro, mas o dinheiro que vai ganhar é dentro de margens que estão definidas pelo IHRU. Obviamente que há margens e depois, obviamente, que tem que ser por concurso público e depois do concurso publico há o Regulamento. Há umas primeiras pessoas que se candidatam. Haverá um período de tempo ao fim desse período. Obviamente que o empreiteiro se não vender todos os apartamentos, naturalmente que poderão ser transacionados a outro valor. Mas nós não estamos aqui para trabalhar para o empreiteiro, estamos aqui a trabalhar para as pessoas, mas também sabemos que quem vai investir também tem que ganhar dinheiro, porque isto é feito numa lógica empresarial. -----

Sabemos que vai ser uma situação muito difícil e o melhor seria estar quieto e não mexer, mas essa não é a nossa função. É trabalhar, é assumir os riscos, porque no fundo é aquilo que eu dizia há pouco, é trabalhar pelo bem comum e vamos tentar fazer o Regulamento o mais justo possível. -----

Numa primeira fase, obviamente que vamos trabalhar neste sistema, mas também depende do dinheiro. -----

O município tem na zona de S. Sebastião, um terreno com grande exposição e muito bem situado, só que esse terreno tem necessidade de uma maior infraestruturação e esse poderá ser outro dos espaços para fazer novos apartamentos e, esses, em contexto de arrendamento. -----

Infelizmente estamos numa terra em que o município se tem de substituir aos privados. E estamos aqui para o fazer com os riscos que isso tem. Algumas decisões podem parecer terem interesses escondidos, há alguns alertas da vossa parte, mas nós estaremos cá para zelar pelos interesses dos courenses, pelo bem comum, e num clima de maior transparência possível. Porque apesar de nós sabermos isso, não somos ingénuos, apesar de seguirmos o catecismo da transparência, do rigor, da ideia de justiça, porque por muito que nós façamos as pessoas irão sempre desconfiar. Faz parte da natureza humana, mas estamos dispostos a correr esses riscos. -----

Foi deliberado, por unanimidade, prolongar os trabalhos para além da meia noite.-----

Celina Sousa (PCP/PEV) referiu: “ninguém está contra a habitação a custos controlados, muito pelo contrário, acho a iniciativa louvável e necessária para Paredes de Coura que está com défice de habitação, e são as famílias carenciadas as primeiras a sofrer”.-----

Alertou que no passado houve, no concelho, habitação a custos controlados e, aconteceu que, as famílias adquiriram os apartamentos a preços controlados, e ao fim de alguns anos, conseguiram vender esses mesmos apartamentos que já não eram novos, em segunda mão, ao triplo do preço. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sugeriu assim que neste Regulamento, fosse criada uma espécie de bolsa em que, por exemplo, o município deva ser a entidade a ter prioridade na compra ou na venda. O Regulamento deveria contemplar essa salvaguarda.-----

O Presidente da Câmara respondeu afirmando que: a isso chama-se economia estatizante. Não vendiam o apartamento. -----

É conveniente e aceitável que no futuro projeto, o arrendamento seja contemplado, porque, comprar um apartamento e depois estar sujeito a um conjunto de constrangimentos, tais como o município ter direito de opção. O município tem de deixar o mercado funcionar dentro de determinadas regras. -----

Ricardo Marinho (PPD/PSD) resolveu ter intervenção, questionando se as medidas que referiu em relação aos agregados familiares que vão ter esses apoios, estão programadas e têm prazo no tempo? Referiu que, “curiosamente, a habitação a custos controlados não apresenta nenhuma programação temporal e pretendia saber se existia um programa para começar e para acabar as habitações”.-----

O Presidente da Câmara respondeu afirmando que: “o projeto está quase a ser finalizado. Logo que esteja é submetido a concurso público, para empresas de construção interessadas concorrerem. Há ainda a garantia de que o Regulamento será submetido a esta Assembleia Municipal, portanto será um processo transparente.-----

Manuel Miranda (PS) declarou que: relativamente às instalações da EPRAMI, ou seja, ao Centro Cultural de Integração Cultural, que é assim que se chama, toda a gente sabe como estava aquele espaço antes de intervencionado. Aquele espaço foi financiado pela ADRIMINHO, pelo PRODER, com duzentos mil euros e a sua finalidade foi atrair e servir novos residentes, na altura, para estudantes da EPRAMI. Na altura havia mais de quarenta alunos. A seguir veio a crise, foram-se os financiamentos e evidentemente, a EPRAMI não podia suportar os custos com os PALOP. -----

Contudo, o edifício cumpre integralmente o objetivo para que foi criado, uma vez que a EPRAMI consegue o rendimento que se pode tirar em termos de arrendamento.-----

Quanto à intenção sugerida por Ricardo Marinho, disse não parecer possível, porque mataria o objetivo para que foi criado, por exemplo neste momento está ocupado com o pessoal da escola de Rock. No verão, serve a juventude e os jovens não só de Paredes de Coura, mas do país e internacionais. Quando o Sporting Clube Courense promove torneios de futebol, fica completo durante fins de semana a fio. Com alguém lá dentro seria impossível. É evidente que para o Courense há alguma contrapartida, mas não propriamente em dinheiro. Não é esse o objetivo principal uma vez que ele foi financiado, não é, evidentemente, um espaço que possa ser explorado dessa forma.-----

No verão também a RITMOS o ocupa durante todo o mês de agosto e retribui pela utilização. Portanto, não está aberto a toda a gente, tem regras. E a EPRAMI está satisfeita. Apesar de boa parte do ano não estar ocupado, mas também não tem custos, portanto esse é o objetivo daquele espaço.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuamos, é evidente, a mantê-lo e enquanto estiver na alçada da ADEMINHO, porque o capital restante foi e está a ser pago pelo município. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de “Estratégia Local de Habitação de Paredes de Coura”.-----

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto n.º 08 - Intervenção do público. -----

Não houve intervenções -----

= ENCERRAMENTO =

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. -----